

CONGRESSO NACIONAL ON LINE DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Tema: Saberes Filosóficos, Políticos e Pedagógicos para uma Escola da Diferença

A prática da Educação Bilíngue e Inclusiva na Rede Municipal de Educação de Amparo/SP

¹Eliane de Souza Ramos; ²Maria Luisa Pozzebom Benedetti; ³Marisol Regina Pavani de Oliveira; ⁴Roberta Maria Spajari Anibal

Eixo Temático: Políticas Públicas educacionais para pessoas com deficiência, no âmbito da educação básica ao ensino superior

INTRODUÇÃO

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida no Brasil em 2002. Ainda hoje, muitas pessoas encontram dificuldades para concebê-la como língua e se referem a ela, equivocadamente, como se fosse uma linguagem.

As línguas que podem ser faladas, ouvidas e representadas em um sistema de escrita alfabético, são chamadas de orais-auditivas, tais como: a Língua Portuguesa, o Francês, dentre outras. A principal unidade linguística destas línguas é a palavra.

Nas línguas espaço-visuais-táteis, os movimentos faciais e corporais são essenciais e podem ser vistos ou compartilhados pelo tato. Elas não são sonoras e têm o sinal como a sua principal unidade linguística. O sinal de uma língua de sinais equivale à palavra de uma língua oral-auditiva e pode ser escrito em um sistema denominado Signwriting, que não é alfabético.

Defendemos que a Educação Bilíngue não deve se valer da equivalência fala \cong sinal para propor o ensino da Libras como substitutivo à linguagem oral na Língua Portuguesa.

¹ Professora e fonoaudióloga. Doutora em Educação pela UNICAMP. Assessora da Rede Municipal de Educação de Amparo/SP. E-mail: souzaramos80@gmail.com

² Pedagoga. Psicopedagoga Construtivista pela UNICAMP. Coordenadora do Programa de Educação Inclusiva da Rede Municipal de Educação de Amparo/SP. E-mail: mlpbenedetti@amparo.sp.gov.br

³ Pedagoga. Psicopedagoga Construtivista pela UNICAMP, especialista em: Educação Inclusiva, Supervisão Escolar, Educação Especial e AEE, Metodologias Ativas e Intermeio do Ensino Superior e Estratégias Pedagógicas para o aluno com deficiência Mental. Professora da Educação Especial da Rede Municipal de Educação de Amparo/SP. E-mail: marisololiveiramh@gmail.com

⁴ Pedagoga. Psicopedagoga pela IESDE. Professora da Educação Especial da Rede Municipal de Educação de Amparo/SP. E-mail: robertaanibal@gmail.com

Sabemos que a aquisição de uma língua de sinais não impede o desenvolvimento da fala, porém, nos casos em que o trabalho com essa língua ignora a possibilidade de tornar acessíveis os sons do meio e da fala, pode-se incorrer em uma “Educação Bilíngue” que dificulta e até impede a compreensão e a aquisição da linguagem oral, bem como os processos de alfabetramento (Soares, 2020) dos alunos em situação de surdez.

Sendo a Língua Portuguesa oral-auditiva e a Língua Brasileira de Sinais (Libras) espaço-visual-tátil, elas podem compor um Bilinguismo Concomitante na Educação Inclusiva. Neste Bilinguismo, as duas línguas são ensinadas ao mesmo tempo a todas as crianças de uma turma comum, que tem um aluno considerado com surdez, desde a creche até o quinto ano.

OBJETIVO

Ao compartilhar a prática da Educação Bilíngue e Inclusiva da Rede Municipal de Educação de Amparo/SP, esperamos contribuir para que a falsa dicotomia, Educação Bilíngue X Educação Inclusiva, seja elucidada e submetida à crítica de pessoas atuantes na área.

METODOLOGIA E RESULTADOS

As turmas comuns da Rede, que têm alunos considerados com surdez, são atribuídas a dois professores: um professor regente e um professor de Libras. Eles planejam e desenvolvem, colaborativamente, as mesmas atividades bilíngues com todos os alunos da turma.

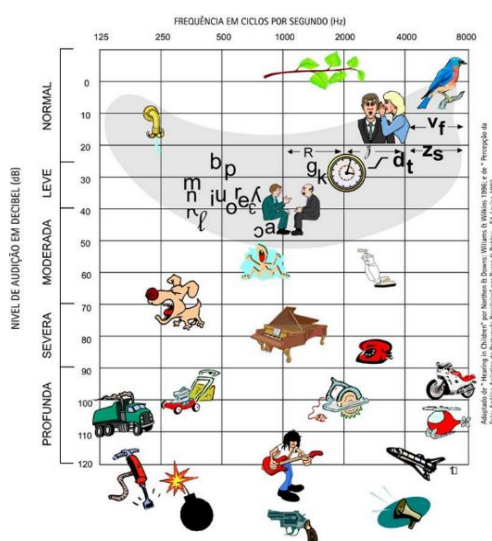
No Bilinguismo Concomitante que compartilhamos (Ramos, 2018), a ação pedagógica tem por objetivo formar alunos bilíngues. Um dos desafios dessa ação pedagógica, refere-se à realização de atividades que tornem os sons mais acessíveis a todos os alunos, pela Acessibilidade Sonora.

Com relação aos sons da fala, os professores, atuantes no Bilinguismo Concomitante, planejam e desenvolvem situações de ensino nas quais as crianças são orientadas, tanto na Língua Portuguesa como na Libras, a refletir sobre as concepções que elas têm sobre o que é a fala, como ela é produzida e qual a sua função social.

Uma das atividades que têm contribuído para que os alunos compreendam os sons que têm acesso, tanto pelas vias auditivas quanto pela Libras, é a construção de Mapas Sonoros. O ano letivo se inicia com o Mapa vazio. Conforme as crianças pesquisam os sons da escola,

utilizando aplicativos que medem intensidades e frequências, observam e compartilham aspectos como a duração destes sons, por exemplo, o Mapa vai sendo preenchido. Nele são fixados desenhos, fotos e recortes de revistas que representam os sons pesquisados.

O Mapa Sonoro oferece condições para que as crianças diferenciem os sons do ambiente e os da fala, contribuindo para que os compreendam. Trabalhando em turmas bilíngues, aprendemos que as crianças consideradas com surdez podem compreender e atribuir sentidos aos sons que não escutam. Além disso, podem aprender a escutar e a compreender diferentes sons com o apoio de aparelhos auditivos e de implantes cocleares. A seguir, inserimos a ilustração de Mapa Sonoro.



Descrição da Figura 1: Gráfico com fundo quadriculado com um eixo vertical, que se inicia em zero e vai até cento e vinte decibéis, sendo estes números distribuídos de cima para baixo; e um eixo horizontal que se inicia em cento e vinte e cinco e vai até oito mil Hertz, distribuídos da esquerda para a direita. Existem desenhos que correspondem aos sons mais intensos e mais altos (bateria, guitarra, bomba, foguete, moto e roçadeira), e aos sons menos intensos e baixos (balanço das folhas de uma árvore, cochicho, água pingando na torneira). Entre os sons mais intensos e altos e os sons menos intensos e baixos estão os sons da fala, que se distribuem pelo eixo horizontal e permanecem próximos no eixo vertical.

Figura 1 – Audiograma de Sons Familiares, disponível em: <http://www.audioclean.com.br/audicao/graus-da-perda-auditiva/attachment/audiograma-de-sons-familiares>.

Um importante parceiro na identificação e na eliminação das barreiras produzidas no Bilinguismo Concomitante, realizado na escola inclusiva, é o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ele atua no estudo de cada situação que se torna inacessível, em decorrência dos desafios de se trabalhar com duas línguas no ensino comum, a fim de que se convertam em situações acessíveis. Este professor trabalha diretamente com as famílias ensinando-as a sinalizar na Libras e a produzir um ambiente com Acessibilidade Sonora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo aluno, na escola comum, tem o direito de se comunicar e de se desenvolver de acordo com as suas possibilidades. Para isso, é preciso que essa escola trabalhe com diferentes

linguagens, códigos e línguas, promovendo a acessibilidade na comunicação, nas interações, aos sons (sonora) e no ensino. Neste sentido, uma escola, quando recebe alunos considerados com surdez, deve oferecer a Educação Bilíngue e Inclusiva à turma na qual ele se insere.

A prática do Bilinguismo Concomitante, criada pela Rede Municipal de Educação de Amparo/SP, evidencia que não é preciso abrir mão da inclusão escolar para formar alunos bilíngues, conhecedores da Língua Portuguesa, nas modalidades oral e escrita, e da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Tal evidência contribui para que a falsa dicotomia Educação Bilíngue X Educação Inclusiva seja elucidada e submetida à crítica de profissionais e familiares, que atuam para que a escola comum seja de todos e para todos.

Palavras-chave: Educação Bilíngue (Língua Portuguesa e Libras); Educação Inclusiva, AEE

REFERÊNCIAS

SOARES, M. **Alfabetizar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto, 2020.

RAMOS, E. S. **Alfabetização e letramento de alunos com surdez no ensino comum**. Orientadora: Prof. Dr. Maria Teresa Eglér Mantoan. 2018. 288 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2018.

Mini Currículo

Eliane de Souza Ramos: Professora, fonoaudióloga, doutora em Educação pela UNICAMP. Há quinze anos, assessora escolas públicas e privadas na construção de uma escola para todos, trabalhando com os temas: inclusão escolar, Tecnologia Assistiva (TA) e Educação Bilíngue e Inclusiva (Língua Portuguesa e Libras).

Maria Luisa Pozzebom Benedetti: Professora efetiva de Educação Infantil na Rede Municipal de Educação de Amparo/SP por dez anos, diretora durante cinco anos e coordenadora dos grupos de apoio escolar por oito anos. Há sete anos, coordena o Programa de Educação Inclusiva dessa mesma Rede.

Marisol Regina Pavani de Oliveira: Professora efetiva de Educação Infantil na Rede Municipal de Educação de Amparo/SP por nove anos; diretora durante quatro anos, supervisora, com ações inclusivas, durante catorze anos; coordenou o Programa de Educação Inclusiva dessa mesma rede por quatro anos e há quatro anos atua como professora de Educação Especial.

Roberta Maria Spajari Anibal: Professora efetiva, da Educação Infantil e no Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Educação de Amparo/SP há vinte e sete anos, dois desses como coordenadora pedagógica, um como vice-diretora e dois anos como professora de Educação Especial.